

LUIZ RICARDO TRINDADE BACELLAR

*Mestre em Direito*

*Professor de Direito Administrativo da Universidade Santa Úrsula*

*Membro das Comissões de Direito Administrativo e Direito*

*Processual Civil do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB*

*Advogado no Rio de Janeiro*

# SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS PELAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Editora Lumen Juris

Rio de Janeiro

2009

*Copyright* © 2009 by Luiz Ricardo Trindade Bacellar

**Produção Editorial**  
**Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.**

88890

**A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.**  
não se responsabiliza pela originalidade desta obra  
nem pelas opiniões nela manifestadas por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 10.695, de 1º/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

**Todos os direitos desta edição reservados à**  
**Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.**

**Impresso no Brasil**  
*Printed in Brasil*

## Sumário

Siglário .....	xv
Prefácio .....	xvii
Introdução .....	xxi
<b>Capítulo I – A Reforma do Aparelho do Estado Brasileiro .</b>	<b>1</b>
1. Premissas político-econômicas.....	1
1.1. Princípios informadores da modificação do papel do Estado .....	8
1.2. Dos vetores de transformação do Estado.....	11
1.3. Falta de credibilidade institucional e insegurança para os investimentos .....	14
2. Princípio da eficiência.....	16
3. Desestatização.....	23
4. Intervenção regulatória .....	26
5. Conclusões parciais .....	30
<b>Capítulo II – Disciplina Jurídica das Agências Reguladoras Brasileiras.....</b>	<b>33</b>
1. Criação e extinção das agências.....	33
2. Natureza jurídica das agências reguladoras.....	34
3. Conceito de agência reguladora.....	37
4. Principais características .....	37
4.1. Independência (autonomia reforçada).....	39
4.2. Atribuições das agências reguladoras .....	41
5. Distinção entre agências reguladoras e agências executivas .....	42
6. Agências estaduais e municipais .....	44
7. As agências reguladoras e o princípio democrático..	45
8. As agências reguladoras e o princípio da separação dos poderes.....	47
9. Conclusões parciais .....	53

<b>Capítulo III – Solução de Controvérsias pelas Agências Reguladoras Brasileiras</b> .....	55
1. Noções sobre solução de controvérsias.....	58
2. A opção por um sistema não-judicial.....	59
3. Possibilidades apontadas dentro do sistema brasileiro.....	64
3.1. Poder de polícia.....	65
3.2. Contencioso administrativo.....	67
3.3. Contencioso do intervencionismo econômico.....	70
3.4. Métodos alternativos de solução de controvérsias.....	74
3.4.1. Indisponibilidade do interesse público.....	79
3.4.2. Inafastabilidade do controle jurisdicional.....	87
4. Conclusões parciais.....	91
<b>Capítulo IV – Aspectos Processuais dos Métodos de Composição de Conflitos</b> .....	95
1. Mediação.....	95
2. Conciliação.....	101
3. Arbitragem.....	102
3.1. Processo.....	102
3.2. Partes da demanda.....	104
3.2.1. Fornecedor.....	104
3.2.2. Consumidor/usuário.....	105
3.2.3. Poder concedente.....	108
3.2.4. Intervenção de terceiros.....	112
3.3. Competência.....	114
3.4. Sentença arbitral.....	116
3.5. Invalidação do laudo.....	119
3.6. Medida Cautelar.....	120
4. Normatização da decisão.....	123
4.1. Princípio da legalidade e a função normativa das agências.....	123
4.2. A função normativa como consequência do princípio da eficiência.....	127
5. Conclusões parciais.....	129
<b>Capítulo V – Princípios Norteadores da Parajurisdição das Agências Reguladoras</b> .....	133

1. Normas: princípios e regras .....	134
2. Teoria Garantista do processo arbitral .....	139
2.1. Princípio do contraditório .....	140
2.2. Princípio da Isonomia .....	142
2.3. Princípio da imparcialidade do julgador .....	144
2.4. Respeito ao livre convencimento .....	144
3. Princípio do devido processo legal .....	145
3.1. O árbitro e o princípio do juiz natural .....	147
3.2. Princípio da motivação da decisão .....	149
3.3. Princípio da publicidade .....	151
3.4. Princípio do duplo grau de jurisdição .....	153
4. Princípio do interesse público .....	155
5. Princípio da proporcionalidade .....	157
6. Princípios informativos da parajurisdição das agên- cias reguladoras .....	159
6.1. Princípio da investidura .....	160
6.2. Princípio da aderência ao território .....	160
6.3. Princípio da indelegabilidade .....	160
6.4. Princípio da indeclinabilidade .....	161
6.5. Princípio da inércia .....	161
7. Conclusões parciais .....	162
<b>Capítulo VI – Controle Externo e Responsabilidade Civil.</b>	163
1. Controle externo das decisões parajurisdicionais.....	163
1.1. Controle Jurisdicional .....	166
1.2. Controle Legislativo .....	168
1.2.1. Controle pelo Tribunal de Contas .....	169
1.3. Controle social .....	171
2. Responsabilidade civil .....	172
2.1. Responsabilidade dos árbitros .....	173
2.2. Responsabilidade das agências reguladoras por atos parajurisdicionais .....	177
2.3. Responsabilidade subsidiária do Estado .....	182
2.4. Excludente e atenuantes da responsabilidade ...	183
3. Conclusões parciais .....	185
Conclusões .....	187

**Anexos**

Lei nº 9.307, de 23 de Setembro de 1996 .....	193
Resolução Conjunta nº 2, de 27.5.2001 .....	209
Agência Nacional do Petróleo Portaria nº 254, de 11 de Setembro de 2001 .....	223
Conselho Superior Regulamento para Procedimentos de Mediação de Conflitos .....	231
Bibliografia .....	237